

A perspectiva actual de desenvolvimento centra-se nas necessidades dos indivíduos, das famílias e das suas comunidades e intervém em domínios básicos da cidadania como, o emprego, a erradicação da pobreza e a promoção da integração social. □

As estratégias de desenvolvimento local no seguimento do princípio, *pensar globalmente versus agir localmente*, incorporam progressivamente uma orientação metodológica de parceria.

O Programa Rede Social, sendo uma Rede de Redes, congrega serviços e redes locais, públicos e privados, do sector central, local e do 3º sector, em torno de uma parceria organizada em rede, que perspectiva:

- exercer fins de vigilância e de combate à pobreza no território,
- reforçar a comunicação de informação e de recursos entre parceiros,
- comprometer os vários stakeholders nos resultados da acção.

Trata-se de uma parceria em rede, um paradigma de parceria que se instala em Portugal nos anos 90 em substituição das fórmulas anteriores, caracterizadas por lógicas verticais de poder e de funcionamento.

Porém, no quadro das redes sociais, *nem tudo o que reluz é ouro* e observam-se alguns constrangimentos que limitam a afirmação da cultura de parceria, a saber:

- os parceiros apresentam uma assimetria de perfis e de capacidades (pessoais, metodológicas e relacionais) que comprometem “o saber fazer” em matéria de acção social dando origem a níveis e âmbitos da participação assimétricos; □
- existem parceiros que não se reconhecem como parte importante do combate à pobreza e, comprometendo o carácter estratégico, continuam a realizar acções dispersas;
- o planeamento estratégico da rede social, embora beneficie do conhecimento partilhado dos parceiros, revela fragilidades, quer enquanto instrumento estratégico de desenvolvimento regional, quer na sua sustentabilidade futura. □

É fundamental repensar a luta contra a pobreza exaltando fórmulas de parceria e de rede que contribuam para a afirmação de uma cultura de co-responsabilização activa. Mas, não menos importante, no combate à pobreza, será o enfoque no desenvolvimento local, corrigindo as desigualdades e as assimetrias a partir de lógicas inclusivas e de resposta às causas externas e estruturais da pobreza, nas quais é determinante a intervenção organizada de actores. O paradigma actual de ciência e de política legitima a necessidade de se criarem modelos de acção social que articulem as mudanças profundas do capitalismo actual, com as questões da democracia representativa, da gestão eficiente e da cidadania activa. Importa repensa-los a par com as questões do desenvolvimento local, compatibilizando esquemas de intervenção pública, em concordância com a intervenção das redes locais, reforçando assim, as hipóteses de providência numa sociedade de risco de pobreza.

Este é o espírito da Rede Europeia Anti Pobreza / Portugal (REAPN), com a teoria sistémica como fonte de inspiração, prossegue fins de denúncia e de investigação acção no âmbito do combate à pobreza e exclusão social. Por outro lado, reconhecendo a crise financeira e a dificuldade de sustentabilizar os Estados Providência exalta a compatibilização das lógicas de acção social do Estado, com lógicas locais, envolvendo os associados e a sociedade civil, em favor de uma acção colectiva, de rede, eficaz no que concerne à actuação na multidimensionalidade do problema.

De facto, os contextos socio-políticos da actualidade evidenciam a necessidade de trilharmos um percurso em direcção a um Estado Social Parceiro suportado em dispositivos locais de intervenção. Importa pois que estes dispositivos prestem especial atenção à capacitação para o Empowerment e à responsabilização de actores que, juntamente com o Estado, se comprometam no combate à pobreza. Importa ainda que estes processos se inscrevam em processos mais alargados de desenvolvimento local. Tratar-se-á de pôr a funcionar nos territórios, (concelhos, distritos e NUTS) um espaço de concertação em rede, entre decisores políticos do Estado Central e Local, técnicos de intervenção e representantes da população local, em direcção a uma providência social unificada e a estratégias de desenvolvimento social.

Hermínia Fernandes Gonçalves
Coordenadora do Núcleo Distrital de Vila Real da REAPN

Ficha Técnica



Propriedade

Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal
Rua de Costa Cabral, 2368 - 4200-218 Porto
Tel. 225 420 800 - Fax 225 403 250
E-mail: geral@reapn.org • www.reapn.org

Coordenação editorial

Núcleo Regional do Norte
(Aveiro, Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo, Vila Real)
Gabinete de Informação
Gabinete de Desenvolvimento

Design, Paginação e Impressão
A Diferença, Lda - Tel.: 255 911 042

Periodicidade
Quadrimestral

Tiragem
1.500 exemplares

Depósito Legal
247627 / 06

Distribuição
Gratuita

em destaque

Aveiro em Rede

O desafio lançado à Rede Social de Aveiro pelo Núcleo Distrital de Aveiro da REAPN, de partilhar a sua experiência não surgiu como uma tarefa fácil. Optámos por fazê-lo, através de uma abordagem contínua, em que o presente e o futuro se afiguram como uma oportunidade de consolidação do trabalho em rede.

O concelho de Aveiro integrou a fase experimental do processo de implementação da Rede Social que abrangeu 41 concelhos piloto do país, com tudo o que *novo e desconhecido* tem um processo deste tipo.

O CLAS - Conselho Local de Acção Social conta actualmente com 92 parceiros, entre entidades públicas e privadas, tendo sido constituído em Janeiro de 2000, e o NE – Núcleo Executivo em Fevereiro. Em Outubro de 2002, foi aprovado o Pré-Diagnóstico Social e, em Julho de 2003, o Diagnóstico Social concelhio.

O Plano de Desenvolvimento Social (2004-2007) foi aprovado em Novembro de 2003. No ano de 2004, a aposta foi na formação e qualificação das parcerias através de acções de formação destinadas a técnicos e dirigentes, versando sobre o planeamento estratégico e operacional e o trabalho em parceria, tendo em vista o desenvolvimento social local. A consolidação do trabalho em rede é um processo que exige o reforço, sensibilização e motivação contínuo de todos os parceiros envolvidos.

Em paralelo com este processo de diagnóstico e planeamento social, caminhou o processo de constituição e dinamização das CSF - Comissões Sociais de Freguesia, órgão mais próximo dos parceiros locais e da população. Das 14 freguesias que compõem o concelho de Aveiro, 11 têm CSF constituídas, no entanto, este não é um processo que se esgota aqui, sendo a sua dinamização exigente do ponto de vista do

acompanhamento e consolidação. De acordo com a nossa experiência, apresentamos uma breve síntese do que consideramos serem as principais virtualidades e constrangimentos do processo de consolidação da Rede Social de Aveiro (Quadro 1).

Em 2005, surgiu uma oportunidade que foi “agarrada” da melhor maneira pelos parceiros da Rede Social, e que constitui na nossa perspectiva, um exemplo relevante de como todo o trabalho de planeamento em rede potencia a intervenção. Foi desenvolvido pela primeira vez, um projecto colectivo para todo o concelho, culminando com a apresentação de uma única candidatura ao PROGRIDE (Programa para a Inclusão e Desenvolvimento, Medida I – Apoiar o Desenvolvimento de projectos que combatam fenómenos graves de exclusão em territórios identificados como prioritários).



rede de intervenção de aveiro

Quadro 1

Virtualidades	Constrangimentos
Mobilização dos protagonismos locais como factores facilitadores da implementação da Parceria	Cepticismo dos Presidentes de Junta de Freguesia quanto à capacidade de operacionalização das parcerias
Abordagem mais próxima à realidade local	Escassez ou inexistência de recursos humanos e materiais
Elaboração de um Diagnóstico Social e de um Plano Desenvolvimento Social participados	Insuficiente capacitação para as mais valias do trabalho em rede
Rentabilização dos recursos existentes na freguesia/concelho	Insuficiente formação das parcerias para a adopção de metodologias participativas e de planeamento social
Promoção da Articulação e Trabalho em rede	Exclusão social e pobreza numa perspectiva sectorial e não multidimensional

A metodologia de trabalho adoptada para a construção deste projecto, privilegiou a participação activa dos parceiros do CLAS, tendo sido realizados 2 workshops, dinamizados pelo Núcleo Executivo, com a colaboração de alguns parceiros do CLAS, onde foram priorizadas diversas problemáticas, com base no Diagnóstico Social de Aveiro. Neste âmbito, foi seleccionada a problemática das “Famílias em Risco”, que deu origem ao Projecto RIA – Rede de Intervenção de Aveiro www.projectoriaveiro.org.

O projecto assenta numa parceria de 64 entidades, em que a Câmara Municipal de Aveiro, o Centro Social de Azurva e o Instituto de Segurança Social, I.P., são, respectivamente, entidade promotora, executora e financiadora, e iniciou a sua actividade no terreno a 3 de Outubro de 2005. □

O desenvolvimento das acções do Projecto pressupõe a efectiva participação das entidades parceiras, mediante a disponibilização de recursos humanos e/ ou materiais, sendo de referir a implicação das mesmas ao nível da sua execução. □

Algumas acções

Atendimento psicossocial

É assegurado junto das famílias em risco do concelho de Aveiro, sendo o atendimento psicossocial assegurado por uma equipa pluridisciplinar constituída por técnicos da equipa e de entidades parceiras. Atendendo à distância e fraca acessibilidade aos serviços centrais por parte da população residente nas freguesias de Eirol, Nariz, Requeixo e São Jacinto, funciona nas mesmas um atendimento social, em regime quinzenal, em instalações das respectivas Juntas de Freguesia, ou cedidas por instituições locais. Existe uma Unidade Móvel destinada a assegurar a intervenção da população residente em 3 bairros do concelho definidos como prioritários pelos parceiros, e ainda junto das mulheres/homens que se prostituem na rua em zonas definidas de algumas freguesias.

Banco de Voluntariado

Foi promovido um encontro em Janeiro de 2007, que deu a conhecer o voluntariado existente ao nível concelhio e criou as bases para a articulação entre as entidades que já desenvolvem voluntariado e outras potenciais interessadas.



O Banco encontra-se em fase final de implementação com a inscrição das entidades concelhias no mesmo. □

Espaços Lúdico-Pedagógicos

Destinados à ocupação do tempo livre dos jovens: pretende-se dinamizar actividades que visam a promoção de competências pessoais e sociais fundamentais ao seu desenvolvimento saudável. □

O sucesso do Projecto RIA e de todos os outros projectos de intervenção social exige de todos uma consciência pessoal e colectiva que activa os meios e os agentes de resposta dos diferentes domínios do social, uma verdadeira articulação e congregação de esforços procurando uma maior eficácia e eficiência na luta contra a pobreza e exclusão social e na promoção do desenvolvimento social local e nacional. □

Actualmente, a Rede Social de Aveiro encontra-se a proceder à actualização e reformulação dos seus instrumentos de planeamento, de modo a aproveitar as oportunidades do quadro comunitário de apoio (QREN 2007-2013) através da captação de recursos necessários à realidade concelhia e supra-concelhia. Podemos definir de modo genérico, as 4 grandes áreas que presentemente estão a ser trabalhadas: □

1. Intervenção Integrada;
2. Educação / Formação;
3. Qualidade / Equipamentos Sociais;
4. Cidadania Activa / Estilos de Vida Saudáveis. □

A “auto-estrada do social” apresenta-se cada vez mais como um desafio transversal às diferentes áreas e domínios da sociedade, sendo vários os caminhos que se entrecruzam, para atingir um maior desenvolvimento e bem-estar económico e social, meta a alcançar por todos nós. □

Rede Social de Aveiro
redesocial@cm-aveiro.pt



A Rede Social de Viana do Castelo

A Câmara Municipal de Viana do Castelo tem impulsionado de forma especial acções imateriais como o reforço da Acção Social, quer na já criada Rede Social, quer na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, quer no apoio aos residentes nas Urbanizações Municipais da Areosa, Monserrate, Darque, Alvarães, Barroselas e Castelo do Neiva, quer, ainda, no crescente relevo do Gabinete de Cidade Saudável, na ocupação dos tempos livres e na promoção da actividade física regular de todos os cidadãos, especialmente dos mais idosos. □

A Rede Social de Viana do Castelo é uma plataforma de articulação de diferentes parceiros públicos e privados que assenta no trabalho de parceria com os vários agentes locais visando o planeamento estratégico da intervenção social do município e o desenvolvimento social sustentado. □

A operacionalidade do trabalho da Rede Social no concelho é assegurada por um Núcleo Executivo composto pela Câmara Municipal, pelo Centro Distrital de Segurança Social, pela Sub-região de Saúde, pela Coordenação Educativa e pela Associação Empresarial de Viana do Castelo. Em representação das instituições sem fins lucrativos estão a Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal e o Gabinete de Apoio à Família. De entre outras competências, este Núcleo tem a responsabilidade de elaborar e concretizar o Plano de Desenvolvimento Social concelhio e os respectivos Planos de Acção Anuais.

Para a prossecução destes objectivos e acções de intervenção foram constituídos o Conselho Local de Acção Social, nove Comissões Sociais Interfreguesias e seis Comissões Sociais de Freguesia que contam com a participação dos 40 Presidentes das Juntas de Freguesia do município e de agentes económicos, académicos, sociais, desportivos e culturais locais que reúnem mensalmente. □

Deste trabalho em parceria resulta a actualização do Diagnóstico Social do concelho (levantamento das necessidades a nível social e respectivas respostas e serviços já existentes), em fase de conclusão, e a efectivação do Plano



Desenvolvimento Social, cujas linhas orientadoras definirão as prioridades de intervenção.

No âmbito das comemorações do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos, a Rede Social de Viana do Castelo promoveu, entre 26 de Julho e 4 de Agosto de 2007, no Jardim da Marginal, a III Feira das Associações onde todas as Comissões Sociais de Freguesia e Interfreguesia se apresentaram.

Este ano, para além dos tradicionais stands representativos das associações, a Feira incluiu debates, na Tenda da Igualdade, abordando os seguintes temas: idade, deficiência, alimentação, religião, raça/etnia, imigração, orientação sexual, (des)emprego, género e o papel das Redes Sociais.

A animação no Jardim, que decorreu em vários horários, foi da responsabilidade das Comissões Sociais Interfreguesias e Comissões Sociais de Freguesia. Esta animação incluiu Dança, Ginástica, Música, Teatro, recriação de tradições populares, etc. criando uma nova dinâmica interinstitucional, impulsionadora de parcerias e inovação na diversidade das actividades, dos públicos-alvo e dos intervenientes. □

No decorrer da Feira foram dados a conhecer alguns recursos, locais e nacionais, para o desenvolvimento de actividades promotoras da igualdade, sejam recursos materiais e logísticos, sejam contributos conceptuais com o objectivo de capacitar as organizações do concelho para o desenvolvimento de práticas mais eficazes ao nível da protecção de populações mais vulneráveis.



Mafalda Silva Rego
Vereadora da Área Social
Câmara Municipal de Viana do Castelo

Estamos perante uma janela de oportunidade para tratar das pessoas. Para servir pessoas com pessoas, para servir pessoas com serviços.

As prioridades estratégicas nacionais, as orientações definidas nos Planos Nacionais em particular no Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI 2006-2008) e os três pilares de desenvolvimento sustentável (Competitividade, Ambiente, Emprego e Inclusão Social) que fundamentam os programas operacionais do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN 2007-2013), são realmente uma janela de oportunidade para o desenvolvimento social e simultaneamente um desafio que exige uma grande articulação de esforços.

Em paralelo, estão a ferver no concelho perspectivas verdadeiramente interessantes:

- A perspectiva de em 2012 Guimarães ser uma Capital Europeia de Cultura actualmente com um grupo de missão a recolher ideias para enriquecer um projecto que se pretende abrangente;
- A perspectiva de se disponibilizar um *Campus* Universitário na Malha Urbana – o CampUrbis com o objectivo de “estabelecer a conjugação de esforços e a complementaridade de acções (...) que se podem traduzir, no plano do desenvolvimento social, científico, cultural, e económico de toda a região.” (<http://umonline.uminho.pt>);
- A perspectiva de se consolidar o pólo das Taipas do Parque de Ciência e Tecnologia – o AvePark com preocupações associadas à transferência de tecnologia e ao empreendedorismo;
- A perspectiva de, a breve prazo, termos os serviços da autarquia a funcionar segundo normas de gestão da qualidade com racionalização de procedimentos que conduzem a respostas mais eficazes junto dos cidadãos.

O Município e a Rede Social de Guimarães

Para a intervenção social no seu sentido mais alargado, a Câmara de Guimarães integra na sua estrutura orgânica o Departamento de Acção Social e Cultural (DASC) que inclui a Divisão de Cultura e Desporto (DCD) com competências também na área da educação e a Divisão de Acção Social (DAS) que dinamiza um conjunto de actividades de apoio dirigidas aos mais diversos públicos, desenvolvendo também projectos de carácter mais estruturante em parceria com as entidades do concelho no âmbito do modelo organizacional da Rede Social, regulamentado a nível nacional.

Guimarães aderiu, aliás, à Rede Social desde a primeira hora (em 2001), criando o Conselho Local de Acção Social (CLAS) em 2002 e organizando em 13 Comissões Sociais as 69 freguesias do concelho, em 2003. Inicialmente com 41 entidades dos sectores público e privado, a Rede Social

envolve actualmente mais de 300 instituições. As Comissões Sociais de Freguesias (CSF) funcionam como uma plataforma de articulação indispensável entre os parceiros locais. As actividades já realizadas pelas várias entidades intervenientes na Rede Social de Guimarães nos últimos três anos são pontos de partida válidos que permitiram descobrir formas de actuação mais ou menos eficazes e conhecer algumas entidades mais dinâmicas e tecnicamente preparadas para uma intervenção no terreno.

Com a aprovação de documentos municipais orientadores como são a Carta Educativa para o período de 2007-2013, o actual PDS para os anos de 2007 e 2008, o PDM bem como a publicação do Plano de Acção AVE 2007-2013 e as Estratégias para a Região Norte emanadas da CCDDR-N, creio que estão criadas condições para se começarem a desenhar acções concretas para o desenvolvimento social integrado de Guimarães (e eventualmente ligação com concelhos vizinhos do Vale do Ave).

A Necessidade do Conhecimento

Contudo, é necessário institucionalizar a colaboração com universidades e centros de investigação para que colaborem neste projecto de desenvolvimento social, designadamente:

- (1) na investigação social;
- (2) na articulação entre ciência, cultura e educação;
- (3) na formação contínua dos técnicos;
- (4) numa caracterização social mais rigorosa do concelho com base na qual seja possível um diagnóstico actualizado e a apresentação de propostas para uma actuação eficaz quer nas respostas sociais, quer em actividades de nível mais estruturante.



A abrangência do desenvolvimento social de um concelho e a necessidade de se implementar um projecto social de excelência, leva-nos a repensar o nível de análise a que queremos desenvolver o nosso trabalho e a considerar de toda a importância reforçar a interligação com as universidades, nomeadamente para o que designamos ser o Projecto Social de Guimarães (PSG) – um projecto de desenvolvimento integrado que sirva as pessoas e que promova a igualdade de oportunidades nos vários domínios – cultura, ciência, educação e inclusão social. □

Pretende-se, em última análise, identificar formas de actuação para um concelho de bem-estar social, sendo para tal necessário actualizar e partilhar toda a informação útil, identificar parceiros estratégicos, sensibilizar entidades para reflectirem e definirem linhas orientadoras para um período de tempo mais alargado (2012/2013) e colaborarem em projectos específicos em várias áreas de intervenção e apoio social ou em áreas estruturantes sob o ponto de vista de um desenvolvimento social integrado.

A organização do concelho em Comissões Sociais que integram freguesias como unidades de análise e intervenção facilita, à partida, a integração em cada uma delas, de gabinetes locais de desenvolvimento social que, entre outras funções, poderão funcionar como observatórios e centros de informação actualizada permitindo interagir com as pessoas e instituições afiliadas a cada uma das freguesias (escolas, IPSS, empresas e organizações em geral) de modo a criarem-se dinâmicas de desenvolvimento. A pertinência desta proposta encontra o seu fundamento nas dificuldades constatadas durante o trabalho realizado ao longo dos últimos anos sob a coordenação do núcleo executivo do CLAS, em obter informações actualizadas que fundamentem diagnósticos estruturados e actuações conformes.

Assim, para se conhecer a realidade social do concelho, fazer um diagnóstico actualizado e actuar em conformidade e de forma integrada é necessário o recurso a modelos inovadores de recolha, tratamento e partilha de informação, de forma a disponibilizá-la à Rede Social e servir todas as instituições que nela se inscrevam com um mínimo de recurso a papel e permanentemente actualizada.

Salienta-se que está já em execução, com o Departamento de Sistemas de Informação, a 1ª fase do estudo para a criação de um Sistema de Informação Social a implementar experimentalmente em duas Comissões sociais de freguesias – uma de características urbanas e uma outra de características rurais.

Orientações para o desenvolvimento social de Guimarães em 2007-2008

O PDS 2007/2008, instrumento orientador das actividades da Rede Social, foi apresentado e aprovado em Fevereiro deste ano e define oito orientações:

1. Adotar as linhas estratégias expressas no PNAI 2006- 2008
2. Incentivar a Investigação Social e a Formação Contínua dos Técnicos
3. Melhorar os Níveis de Educação e Qualificação e Promover a Aprendizagem ao Longo da Vida
4. Fomentar o Empreendedorismo e a Aproximação às Empresas
5. Reforçar e Inovar as Respostas e Equipamentos Sociais e de Saúde
6. Promover a Articulação de Meios e Condições Técnicas
7. Reforçar os Circuitos e os Sistemas de Informação
8. Criar uma Imagem de Credibilidade e de Excelência em torno das Questões Sociais

Como começar o Projecto Social de Guimarães

A importância de se traçar uma política de desenvolvimento social do concelho até 2013 exige, como foi já referido, uma forte valorização e um forte investimento no conhecimento. Por esta razão, o Projecto Social de Guimarães terá de assegurar intervenções fundamentadas e oportunas apenas compatíveis com uma boa gestão e controlo de actividades pela comunidade. Para vai ser necessário actuar-se em três frentes:

1. Criar um sistema social do concelho que permita ter uma carta social permanentemente actualizada e dinâmica;
2. Disponibilizar gabinetes locais de desenvolvimento social nas Comissões Sociais de Freguesias para oferecerem respostas eficazes às várias solicitações locais; □
3. Organizar um Centro de Recursos para a promoção do conhecimento associado às intervenções no terreno.

O Sistema de Informação Social de Guimarães

O Sistema de Informação Social de Guimarães (SIS.G) é um projecto transversal de apoio ao conhecimento do concelho de Guimarães, no que respeita à sua caracterização social, entendida no seu sentido mais alargado, cuja conclusão em 2012 prevê a sua implementação nas 13 Comissões Sociais do concelho. Actualmente está a trabalhar-se no sentido deste sistema, em 2008, estar já em funcionamento em duas Comissões Sociais de Freguesias já identificadas como áreas de experimentação.

O SIS.G irá funcionar como uma ferramenta de gestão que permita uma recolha de informação simplificada através de inquéritos electrónicos, indicadores periódicos, ou através de serviços web específicos, facilitando as actividades de planeamento, acompanhamento e controlo. Permite também o cruzamento de informação para a obtenção e análise de novos rácios e factores de gestão social.

Os Gabinetes Locais de Desenvolvimento Social

Os Gabinetes Locais de Desenvolvimento Social (GLDS) reflectem um modelo de organização e intervenção social integrado, sustentado pela proximidade e qualificação técnica e científica das intervenções sociais produzidas e por um sistema de informação partilhado. Esta forma de organização descentralizada a implementar nas 13 Comissões Sociais permite:

- Disponibilizar serviços de atendimento descentralizado;
- Partilhar informação social de forma integrada; □
- Permitir a participação das entidades da Rede Social na recolha e análise da informação;
- Identificar indicadores de realização social no concelho;
- Possibilitar a população de aceder on-line a uma oferta diversificada de serviços;
- Elaborar a Carta Social do concelho de Guimarães. □

O Centro de Recursos para a Investigação/Ação

O Centro de Recursos para a Investigação/Ação (CR.I/A) tem por missão promover a investigação e o conhecimento

aprofundado das questões sociais através da cooperação entre universidades e centros de investigação e a Câmara, definindo políticas sociais e orientações que permitam apontar linhas de investigação/acção para todo o Município. □

- Formar os técnicos que integram as entidades da Rede Social;
- Promover estudos especializados nas áreas de intervenção prioritárias;
- Acompanhar, monitorizar e disseminar as actividades dos Gabinetes Locais de Desenvolvimento Local.

Acreditamos que a identificação de projectos específicos junto das universidades e dos principais actores sociais do concelho vai permitir implementar um conjunto de projectos-piloto verticais (“*spin-offs* sociais”) que possam vir a ser replicadas nas Comissões de Freguesias criando dinâmicas sociais no município.

Isabel M. F. Miranda
isabel.miranda@cm-guimaraes.pt
Câmara Municipal de Guimarães
Divisão de Acção Social

Intervenção social em Sta. Marta de Penaguião

“O local é o espaço privilegiado de desenvolvimento de processos participativos, no exercício de uma democracia efectiva e de formas de regulação social em que o estado, sociedade civil organizada e cidadãos se unem, criando factores de mudança propiciadores da inserção dos mais desfavorecidos e do desenvolvimento social.” □ □

Com o objectivo de responder de forma mais adequada e sustentada às necessidades e prioridades de intervenção a nível local, a Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião assumiu o desafio de aderir ao Programa Rede Social. Foi realizada candidatura em 2003, tendo iniciado o Programa de implementação em Março de 2004, e finalizado em Abril de 2006.

Em Junho de 2004, foi constituído o CLAS – Conselho Local de Acção Social, formado pela autarquia e entidades públicas e privadas com intervenção social no concelho. “ (*o* Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Santa Marta de Penaguião).

Com a constituição do CLAS foi implementada uma nova dinâmica na visão dos problemas concelhios e na intervenção dos mesmos. Foram realizados documentos técnicos importantíssimos tais como, o Pré-diagnóstico do Concelho, o Diagnóstico Social, o Plano de Desenvolvimento Social do Concelho e o Plano de Acção (2006/2007), onde se planearam um conjunto diverso de actividades, que de alguma forma contribuíram para a intervenção real e concreta nos problemas diagnosticados.

Realizou-se o Pré-Diagnóstico concelhio. Recolheram-se e analisaram-se todos os dados existentes nas várias entidades

do concelho. Ficou-se assim com uma visão preliminar do mesmo.

Posteriormente e com o objectivo de se realizar o Diagnóstico Social do concelho, apelou-se à participação dos diferentes actores sociais locais, nomeadamente os parceiros do CLAS e algumas individualidades e entidades consideradas como informadores privilegiados.

A construção do Diagnóstico privilegiou o recurso a metodologias participativas, que se materializaram através da dinamização de um *Workshop* de Diagnóstico e da realização de várias sessões de trabalho.

De uma forma sucinta, e no *Workshop* de Diagnóstico foram utilizadas as técnicas de facilitação de brainstorming ou chuva de ideias e Nuvem de Problemas.

Houve a identificação dos principais problemas; seguida da pontuação dos mesmos mediante a importância, tendo sido agrupados por problemáticas.

Ficou-se assim com 4 problemáticas (eixos de intervenção) a serem trabalhados no Diagnóstico e consequentemente nos restantes documentos produzidos.

Esta forma de procedimento decorreu da necessidade de identificar os problemas prioritários em torno dos quais se iria desenvolver o Diagnóstico. Este documento selecciona na sua análise as temáticas identificadas aquando da realização do *Workshop* de Diagnóstico, assim como os recursos e potencialidades locais, bem como os factores que poderão dificultar a solução dos problemas.

O diagnóstico determina também a importância dos problemas identificados e as suas causalidades, bem como a priorização dos mesmos. O grupo, de uma forma consensual

atribuiu determinada percentagem aos factores que poderão estar na resolução desses mesmos problemas: 35% à importância dos problemas, 20% à urgência dos problemas e 45% ao nível de recursos

Após a identificação dos Eixos de Intervenção, deverá realizar-se um documento estruturante, de deliberação, onde se inscreva um projecto comum de mudança: o Plano de Desenvolvimento Social (P.D.S.).

No P.D.S. atendendo sempre à hierarquização dos problemas definida no Diagnóstico Social, foram definidos: Objectivos estratégicos, Estratégias e Objectivos específicos. O P.D.S. de Santa Marta de Penaguião tem um âmbito de actuação de dois anos (2006/2007 e 2007/2008), tendo como base, a execução de diversas acções definidas anualmente em Plano de Acção.

Em consonância com o Diagnóstico Social do Concelho e com o P.D.S., o Plano de Acção foi elaborado a partir da relação entre os objectivos, os meios e a própria lógica de implementação do Programa Rede Social no concelho de Santa Marta de Penaguião.

No Plano de Acção para além da descrição das actividades e acções a realizar, é calendarizada e expressa a responsabilidade de execução das mesmas, implicando assim a responsabilização dos parceiros na execução das diversas actividades. Todo este processo que conduziu à elaboração dos diversos documentos, se traduziu numa mais-valia para os parceiros do CLAS, na medida em que introduziu uma visão dinâmica da realidade concelhia, assente na inovação vivenciada através da metodologia utilizada e que até então, desconhecida para muitos dos parceiros.

Esta nova dinâmica ainda hoje está a ser descoberta e construída, tendo como objectivo primordial o trabalhar a parceria e a rentabilização de recursos, vai-se traduzindo em constantes mudanças que são visíveis.

Um exemplo ilustrativo é o facto de as Reuniões Plenárias de CLAS, se efectuarem na mesma data e local que as reuniões do Conselho de Parceiros do Projecto “Sorrisos”, havendo assim a rentabilização de tempo, uma vez que as entidades que integram ambos os projectos são as mesmas. □

Tem-se a certeza de que a implicação e participação activa dos parceiros é peça crucial para uma boa implementação do Programa. Verificou-se que no decorrer dos dois primeiros anos do mesmo, se teve uma média de 15/16 parceiros presentes por Plenário (aproximadamente 60%) e que actualmente se contabiliza a presença de uma média de 18 parceiros por Plenário, num total de 25.

Em todas as reuniões plenárias do CLAS de Santa Marta de Penaguião, é feito o balanço das actividades/acções previstas e da realização das mesmas.

Esta metodologia faz parte de um Plano de Avaliação que deve ser transversal a todo o processo de planeamento. □

Através deste Plano obtém-se informações que dão conta dos resultados alcançados, da eficácia da intervenção, dos

obstáculos que se colocam à implementação da intervenção, possibilitando uma melhor elaboração de projectos futuros. Para além dos vários documentos técnicos elaborados e já referidos, assim como os vários *Workshops* realizados e dinamizados, surgiram e continuam a ser desenvolvidas e trabalhadas várias actividades no âmbito do Programa Rede Social.

Actividades

a) Foi realizada uma acção de sensibilização no Dia Internacional da Mulher (08 de Março de 2006), no Auditório Municipal de Santa Marta de Penaguião e com a presença de uma técnica da APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

b) Foram criados e estão a ser desenvolvidos desde o ano lectivo 2004/2005, os Encontros Intergeracionais. Pretende-se assim a troca de experiências e saberes entre gerações, contribuindo para o enriquecimento e desenvolvimento social dos intervenientes. Os alunos que frequentam o ensino básico preparam uma actividade ou executam uma lembrança que posteriormente desenvolvem e/ou entregam aquando da visita à instituição.

c) Integração na Comissão Organizativa do Seminário: “Políticas Sociais de combate à pobreza e exclusão social no Distrito de Vila Real”, realizado no âmbito do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza (17 de Outubro), desenvolvido pela REAPN – Núcleo Distrital de Vila Real.

d) Foi criada uma nova dinâmica junto das I.P.S.S.’s do concelho. Realizou-se pela primeira vez uma reunião conjunta onde os directores das mesmas expuseram as suas ambições e necessidades. O objectivo é que estas reuniões passem a ser realizadas mensalmente e alternadamente em cada uma das instituições, para que a troca de saberes e experiências seja vivida e vinculativa.

Para um melhor conhecimento da realidade, e com o objectivo de não existir sobreposição de serviços ou valências e sempre numa lógica de rentabilização de recursos, solicitou-se as Instituições Particulares de Solidariedade Social a entrega do cadastro de recursos humanos e cadastro de utentes. Com o cadastro dos recursos humanos consegue-se perceber as necessidades de formação, o que permite o desenvolvimento de políticas de formação que vão de encontro à realidade existente. Com o cadastro de utentes consegue-se ter uma visão das necessidades que as instituições têm e perceber em que valências se deverá investir. □

Dentro desta óptica foi realizada uma candidatura ao Programa PARES – Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais, cujo tipo de resposta a criar é um Lar de Idosos com capacidade para 15 utentes, tendo sido a mesma aprovada.

Importa ainda referir o Projecto “Sempre Presente” que foi criado no âmbito do Programa Rede Social, aquando da realização do P.D.S. e posteriormente, o Plano de Acção. O Projecto “Sempre Presente” insere-se no Eixo Estratégico da população idosa, cujo objectivo estratégico é: “até Dezembro de 2008, a taxa de cobertura das respostas

destinadas à população idosa aumenta em pelo menos 30%”. Com este projecto pretende-se desenvolver um serviço similar ao do “tele-alarma”. Os idosos teriam em sua casa um equipamento que em caso de necessidade, bastaria primir uma tecla ou levantar o auscultador para que na instituição fosse accionado um alarme e posteriormente prestado o apoio necessário. □

e) Criação do SIMIS – Serviço de Informação Municipal □ para a Inclusão Social

O sucesso das políticas sociais sustenta-se no poder da informação célere, objectiva e séria, como meio imprescindível para a inventariação dos problemas e consequente definição das estratégias e acções a desenvolver para a promoção da inclusão social.

Para a melhor escolha dessas estratégias, é estritamente necessário incubar toda a informação disponível e proporcionar meios de circulação da informação volátil que permitirão e de forma rápida e dirigida actuar sobre os problemas sentidos pelos mais desfavorecidos, eliminando as barreiras do tempo e o peso da burocracia.

O SIMIS tem por objectivo disponibilizar um “sítio” aos agentes sociais para comunicarem e participarem todas as situações de carência que conheçam ou presenciem em função da actividade que desempenham junto da comunidade em que estão inseridos.

O SIMIS procederá ao tratamento da informação e produzirá uma bolsa de sinalização dos casos de carência que serão direccionados e encaminhados em função da tipologia para a respectiva Instituição ou Entidade.

Com a implementação do SIMIS pretende-se sinalizar, conhecer, encaminhar e tratar os casos de carência promovendo a inclusão social através da erradicação da pobreza e da exclusão social.

O SIMIS é administrado pelos Serviços da Acção Social do

Município de Santa Marta de Penaguião.

É notório que todo este trabalho e intervenção até aqui descritos, são fruto da forma como este Programa foi abraçado pela autarquia e pelas Entidades Parceiras. □

Em Fevereiro do corrente ano e com a criação das Plataformas Supraconcelhias, integramos o Núcleo Operativo da Plataforma Territorial Supraconcelhia do Douro, contribuindo assim para o desenvolver de um trabalho numa parceria mais alargada e onde o objectivo é a captação de recursos com base nas necessidades uniformes existentes em vários concelhos vizinhos, cujas realidades também são semelhantes. Este ponto de vista global é essencial para que a intervenção efectuada não seja disforme de território para território, nomeadamente quando se fala em territórios homogéneos no que toca a cultura, tradições, pobreza e necessidades concretas.

Com a criação desta estrutura, temos o Programa Rede Social assente num diálogo tripartido no terreno, permitindo que a lógica de proximidade se torne eficaz, promovendo e desenvolvendo no terreno as Políticas Sociais na sua real e verdadeira definição. □

CLAS de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião



Desenvolvimento Regional

Alguns anos decorridos sobre a criação das redes sociais concelhias, as novas orientações consignadas no DL n.º 115/2006, de 14 de Junho vêm trazer aprofundamentos importantes. Para além da criação das Plataformas, a participação dos CLAS na emissão de parecer para projectos e equipamentos a desenvolver em cada concelho, a consideração dos Planos de Desenvolvimento Social nos PDM ou a construção de um sistema de informação que melhor permita conhecer as situações de pobreza e exclusão, não sendo condição suficiente, visam e procuram criar condições para um salto qualitativo nas dinâmicas de planeamento e provisão de equipamentos e respostas sociais.

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN) tem acompanhado com muito interesse a fase de instalação e arranque das Plataformas Supraconcelhias da Rede Social, integrando e participando activamente naquelas para as quais foi convidada: Ave, Cávado, Entre Douro e Vouga, Grande Porto, Tâmega e Trás-os-Montes.

Não detendo competências próprias sobre a área da pobreza e exclusão, nem sendo responsáveis por projectos de intervenção directa, no terreno e junto das pessoas e grupos-alvo, é pertinente e útil o envolvimento da CCDRN nestas Plataformas.

Com intervenção directa na execução das políticas de ambiente, de ordenamento do território, cidades, desenvolvimento regional e apoio técnico às autarquias locais, tradicionalmente, a missão das CCDR é mais abrangente e passa por assegurar, por um lado, a coordenação entre os níveis central e local e, por outro, entre os diferentes sectores da administração, no âmbito territorial que corresponde à NUTS II. No âmbito das suas actuais atribuições e competências, é especialmente relevante a de “contribuir para a definição das bases gerais da política de desenvolvimento regional no âmbito da política de desenvolvimento económico e social do País, dinamizando e participando nos processos de planeamento estratégico de base territorial, bem como fomentar parcerias entre agentes regionais e a elaboração de programas integrados visando a coesão e a competitividade territoriais”. Neste quadro, cabe-lhe presidir ao recém-criado “Conselho de coordenação intersectorial”, órgão que promove a coordenação técnica da execução das políticas da administração central, à escala da região. Detém, ainda, competências de gestão da política de coesão da União Europeia em Portugal, na fase actual, do Programa Regional que integra o QREN 2007-2013.

Nem sempre é fácil ultrapassar a lógica tradicional de planeamento, que remete para um plano paliativo e de menoridade as questões da coesão social e da pobreza. Neste sentido, procuramos chamar a atenção para a necessidade de uma perspectiva integrada e que tenha em conta a dimensão territorial (não existem só pessoas e grupos em situação precária ou de risco mas também territórios marcados pela vulnerabilidade e pela pobreza). E a nossa participação numa instância como as Plataformas pode contribuir, por um lado, para que “os actores do social” (em sentido restrito) melhor conheçam e possam ter voz nas lógicas de planeamento e intervenção do território e da competitividade e, por outro, para que as agenda do desenvolvimento económico e regional, em sentido mais amplo, integrem as questões sociais enquanto preocupação, objectivo e critério.

Nesta primeira etapa, a participação nas sessões plenárias das Plataformas e no núcleo executivo de algumas, tem-nos permitido conhecer mais de perto a Região e os actores que operam nestas áreas, as suas preocupações e projectos consubstanciados nos Planos de Desenvolvimento Social, ponto de partida para uma mais eficaz incorporação no exercício das nossas responsabilidades. Por outro lado, temos tido a oportunidade de facultar informação de que dispomos e que nem sempre está acessível ou perceptível aos membros das Plataformas. E, pelo meio, procurar fazer pontes e participar nesta tessitura fina (e, às vezes, ciclópica!) dos nós da rede e do reforço do capital social que importa fazer. □

Alguns exemplos ilustrativos

- O QREN e o Programa Regional 2007-2013: procurámos fornecer a informação possível sobre o processo de preparação e arranque dos principais programas que poderão apoiar projectos na área social, tentando sensibilizar os participantes para alguns dos princípios e

aspectos a ter em conta: a reforço da concentração e selectividade, visando canalizar os recursos para áreas onde se situam as maiores necessidades/identificadas como prioritárias ou com resultados mais prometedores, o que significará apoiar menos projectos, mais integrados e sustentáveis, com maior escala, com mais conteúdo estratégico e evidência dos contributos para objectivos prioritários.

- O PROT-N: fornecemos informação e solicitámos a disponibilidade dos parceiros para participarem na elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT-N), de modo especial na sua vertente da rede de equipamentos, promovendo articulação e coerência entre os principais instrumentos de planeamento estratégico e de política.
- Os “Programas de acção intermunicipal de serviços colectivos territoriais de proximidade”: procurámos informar os participantes na Plataforma sobre estes programas, estimulando-os a acompanhar e participar na sua preparação, em articulação com as Associações de Municípios promotoras e rentabilizando os esforços já desenvolvidos na preparação dos Planos de Desenvolvimento Social e sua actualização; através destes Programas de Acção, procura-se definir prioridades de financiamento para um conjunto de redes de equipamentos de cada NUTS 3, articulando o território e os sectores, e que serão a base para a contratualização da gestão do Eixo 3 do Programa Regional com as Associações de Municípios.

Este não é, talvez, o tempo justo para fazer uma avaliação deste processo. Não obstante, podemos deixar algumas notas a validar e aprofundar. Antes de mais, uma referência ao contexto em que arrancaram as Plataformas, caracterizado por alguma instabilidade: a reorganização de muitos serviços decorrente do PRACE, o fim do QCA III, a ainda não completa estabilização do QREN, o previsível reforço das competências municipais nas áreas social, da educação e da saúde, as anunciadas alterações da lei sobre o associativismo municipal, as alterações à delimitação das fronteiras das NUTS 3, etc, etc.

O espaço das sessões plenárias deve continuar a ser cuidado, para garantir que seja percebido como útil, para que a intervenção das Plataformas se qualifique e se possa reivindicar,



num futuro próximo, um reforço do seu papel nos processos de planeamento e decisão sobre equipamentos e respostas sociais ao nível supramunicipal (ex.: financiamento de equipamentos, atribuição do estatuto de IPSS, celebração de acordos de colaboração, etc). Para isso, deve continuar a valorizar o intercâmbio de informação relevante e de boas práticas, acompanhar e avaliar de forma exigente a implementação dos PDS e do seu contributo para as metas do PNAI, tornar mais efectiva a relação com os serviços de coordenação central do ISS, por exemplo, através da sua participação, se não em todas, pelo menos nas reuniões de avaliação do ano. As cartas sociais, as novas exigências de qualidade feitas às IPSS ou o seu modelo de financiamento são algumas das questões que poderão merecer a reflexão

aprofundada das Plataformas nos tempos mais próximos. Há uma aprendizagem que tem vindo a ser feita, mais em alguns territórios que noutros, é verdade, e que podemos potenciar. Há caminho a ser ainda feito e estes processos levam o seu tempo a consolidar. Se, como dizíamos acima, por vezes, este tempo é sentido como ameaça, é também um tempo de oportunidades, em que poderemos tentar imprimir uma maior qualidade e efectividade aos processos de concertação e planeamento, procurando fazer uma efectiva discriminação positiva dos territórios e grupos mais desfavorecidos.

Cristina de Azevedo
Vice-Presidente
CCDR-N

Redes Sociais no combate à pobreza: significados e debates metodológicos¹

As redes sociais têm sido objecto de análise pelas várias ciências sociais, sendo actualmente, um termo elástico com diferentes aplicações. As ciências sociais utilizam o conceito de rede para explicar a organização da vida quotidiana e a influência das respectivas interacções com as redes nos processos de constituição de identidades pessoal, social, territorial e institucional. No entanto, a ênfase actualmente atribuída a este objecto, reside na necessidade de estabilizar estados de crise e desenvolver uma metodologia de intervenção na sociedade.

Georg Simmel (1908) com os seus termos de “rede” e o de “configuração”, pretendia explicar o cruzamento de círculos sociais e a respectiva influencia desses círculos na socialização do indivíduo. Barnes (1954) refere-se às redes sociais nos fenómenos societais de socialização recíproca. As redes sociais entendidas como a soma de todas as relações que o indivíduo percebe como significativas ou diferenciadas da massa anónima da sociedade, correspondem ao «nicho» interpessoal da pessoa, contribuem para o seu próprio reconhecimento e constituem uma das chaves centrais na construção e reconstrução das identidades individuais e sociais. (Sluzky: 1996)

No quadro das redes sociais merecem destaque os contributos da anti-psiquiatria que avançaram com ideias e valores críticas sobre as práticas tradicionais de cura em psiquiatria e parecem traduzir-se num dos precedentes das intervenções de rede. As primeiras bases para a conceitualização do suporte social são trabalhadas nos estudos da psiquiatria comunitária, especificamente nos protagonizados por Caplan (1974), Cassel (1974-76) e Cobb (1976). O termo suporte social traduz-se no apoio prestado em situações de crise e pode ter origem no núcleo familiar e de amigos, nos serviços informais baseados nas relações de vizinhança e nos serviços formais comunitários.

O “sistema de suporte” proposto por Caplan tem implícita a noção de rede, uma vez que, o autor inclui nas várias hipóteses de suporte social, os apoios informais da rede familiar e os apoios formais de serviços comunitários. A abordagem ecológica do suporte social de Cassel, ao correlacionar as condições sociais adversas (degradação habitacional, sobre população e rupturas de vizinhança) com maior vulnerabilidade a distúrbios físicos e psicológicos, também sugere a noção de rede. Também na análise de Cobb está implícita a ideia de rede, ao classificar o suporte social como informação de que o indivíduo dispõe. A informação exerce funções de preencher necessidades sociais e de protecção do indivíduo e fá-lo sentir amado e parte integrante de uma rede social.

Os contributos da anti-psiquiatria traduziram-se em olhares críticos sobre as práticas de cura tradicionais, propondo um modelo de intervenção suportado na teoria sistémica e no qual o indivíduo portador do sintoma psíquico deixa de ocupar o foco da atenção, passando a ser compreendido como um aspecto entre outros, que interagem com o funcionamento global do grupo onde o doente está inserido. Na perspectiva de Ornelas (1994) o suporte social traduz-se em suporte emocional, feed-back, aconselhamento, assistência prática, financeira, material e socialização, podendo ter origem nas diferentes redes do indivíduo. □

Na perspectiva de se formular um referencial analítico de redes sociais, existem várias propostas teóricas de classificação, todas elas partem da análise da estrutura da rede (formal, informal) das relações e interacções (espontânea, estruturada, autónoma ou instituída) e das particularidades sociológicas da rede, ou seja dos fins a que se destina. Uma primeira

classificação das redes resulta na sua sub divisão em redes primárias e secundárias.

As redes sociais são estratégias de acção colectiva justificadas, quer pela teoria sistémica e pela investigação-acção, quer pela ciência política no seguimento da procura de formas alternativas de providência e de bem-estar social, adequadas ao novo capitalismo e à globalização. Com estes dispositivos de rede será possível desenvolver novas práticas de mobilização dos actores, integrando aqueles que, não se reconhecem nas categorias tradicionais de combate à pobreza.

A validade das intervenções em rede, desenvolvidas na psiquiatria comunitária reforça o argumento de se pensar o combate à pobreza a partir de configurações de rede. Citando Cristóvão e Koehnen (2003) o fórum de articulação e conjugação de esforços visa fomentar a solidariedade social e contribuir decididamente para a consciência pessoal e colectiva dos problemas sociais, para a activação dos meios e agentes de resposta e para as inovações recomendáveis.

A RCM² que criou o Programa Rede Social, define a rede como um fórum de articulação e congregação de esforços baseado na adesão livre por parte das autarquias e das entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que nela queiram participar. No seu discurso formal a rede social constitui-se pelo conjunto de diferentes formas de entreatajuda, implementada por entidades particulares sem fins lucrativos e por organismos públicos que trabalham no domínio da acção social e articulam entre si com o governo a respectiva actuação. Nesta medida a rede social apresenta um esquema de suporte social, que articula redes primárias e secundárias

com visões complementares em torno do combate à pobreza.

A utilização cumulativa dos conceitos de rede e parceria, como ocorre no Programa Rede Social, apela à implementação de fórmulas de parceria descentralizadas entre instituições, do chamado terceiro sector, o Estado Central e Local e a sociedade civil, para actuar no mesmo território e entre territórios.

As parceria na modalidade orgânica de rede, correspondem a um paradigma de parceria que se desenvolve a partir dos anos 90, fundado numa lógica descentralizada de comunicação e de poder, numa obrigação horizontal mobilizadora de competências e de recursos, estruturalmente responsabilizante envolvendo os parceiros desde a concepção.

Estes novos dispositivos propõem:

1. um sistema de comunicação horizontal entre pares, baseado na democratização dos processos de decisão e na negociação de objectivos e acordos estratégicos;
2. a mobilização de actores (incluindo os que não se reconhecem nas categorias tradicionais de combate à pobreza), públicos e privados, económicos e sociais, garantindo a visão integrada;
3. a combinação de suportes sociais de redes primárias, secundárias (formais e não formais) e das complementaridades necessárias a uma actuação sobre as causas do problema;
4. novos métodos de acção social baseados no planeamento estratégico e na acção colectiva em parceria.

Tipo de Redes	Interacção				
	Carácter	Relações Sociais	Proveniência	Finalidade	Papeis dos agentes
Primárias	Espontânea	Informal; Autónoma.	Fora do contexto institucional	Responder a necessidades pontuais e concretas	O papel do agente termina quando se satisfaz a necessidade
Secundárias	Estruturada	Não forma Autónoma	Em contexto institucional	Implementar serviços para responder a necessidades comuns aos vários agentes	Divisão de papéis entre os que prestam serviço e dela beneficiam não é muito rígida
		Formal Instituída legalmente		Implementar serviços para responder a necessidades sociais	Divisão de papéis entre os que prestam serviço e os que dele beneficiam é rígida.
Rede de Redes	Estruturada e Espontânea	Formal, Estruturante Informal, orgânica ou territorial.	Incluem uma diversidade de Sistemas de Redes, Institucionais e Pessoais.	Implementar serviços para responder a necessidades sociais territorializadas; Institucionalizar um modelo de política, de intervenção e de organização, descentralizada.	Agentes públicos, privados e a população local; <i>Stakeholders</i> com relativa adesão aos interesses estratégicos; Desenvolver aprendizagens e capacidades de <i>Empowerment</i> .

O processo de implementação das redes sociais é revelador de factores positivos que facilitaram a cultura de parceria, a gestão democrática e o empowerment das populações mas, os constrangimentos observados revelam a persistência de riscos e perversidades susceptíveis de impedir a criação da cultura de participação democrática.

Entendendo a parceria como um processo que se constrói gradualmente, a partir de aproximações, conflituosidades negociações e decisões, importa partilhar algumas ideias que devem ser amplamente reflectidas ao longo do processo de construção da parceria.

1. adesão aos objectivos, reconhecendo objectivos multifacetados (entre os sectores e instituições integradas na parceria), a negociação em função do interesse estratégico;
2. integração da diversidade de perfis ao longo da acção, beneficiando da visão integrada, multifacetada, das diferentes experiências e perspectivas, tão necessárias no combate à pobreza;
3. implicação na estratégia metodológica (diagnóstico, planeamento, execução e avaliação), tirando partido da organização da parceria de rede (descentralizada) e da cultura da parceria (em formação);
4. coordenação de políticas e subsidiariedade, insatisfeito, por um lado, no reconhecimento dos níveis de poder, supranacional, central, local e, por outro, na mobilização efectiva das competências e recursos de cada parceiro.
5. a natureza do processo decisório, enfatizando a decisão horizontal (1 pessoa 1 voto), a negociação sem consensos forçados racionalmente apoiada;
6. a centralidade da cultura de parceria, enfatizando a acção colectiva, os aspectos relacionados com a percepção

dos parceiros sobre a pobreza e sobre a parceria, a re-significação das percepções poderão conduzir a níveis de auto reconhecimento e auto responsabilização mais efectivos;

7. a produção de resultados, importa estabelecer metas centradas em tarefas concretas, que ofereçam visibilidade;
8. a aprendizagem colectiva, suportada na experiência de terreno, na reflexão analítica, das estratégias, dos fracassos e das boas práticas e envolvendo os diferentes stakeholders na acção colectiva;
9. a capacitação para o empowerment, pensando os processos de mudança no local e com as pessoas, a partir de estratégias de informação, sensibilização e capacitação dos grupos alvo.

Com dispositivos de rede será possível desenvolver novas práticas de mobilização dos actores com o combate à pobreza. Envolvendo aqueles que, à priori, não se reconhecem nas categorias tradicionais de combate à pobreza.

Segundo Boltanski e Chiampello (1999) é vão resistir ao novo mundo conexionista, mas parece possível enquadrá-lo e fazer face aos seus impactos destruidores, com a ajuda de dispositivos que lhe são isomorfos, que assumam, do mesmo modo, a forma de rede e incorporem um sistema de comunicações horizontal entre pólos inter conectados. Como refere Campenhoudt (2003), do ponto de vista científico a rede representa um paradigma ou uma perspectiva teórica segundo a qual os comportamentos devem ser explicados pela estrutura e características da rede de onde

Vantagens
O Tipo de organização / a decisão em CLAS;
Fluxos de comunicação (formais e informais);
A "adaptação" às especificidades territoriais;
A heterogeneidade de perfis, a visão interdisciplinar e intersectorial;
A ideia de planeamento estratégico nas intervenções sociais; e,
A perspectiva de emancipação e protagonismo activo da população a quem se dirige

Constrangimentos
Participações assimétricas (incipiente envolvimento de alguns órgãos do poder local; o oportunismo e a dependência);
As ligações estratégicas comprometidas, desde logo pelo desconhecimento de planos e políticas do território;
O planeamento centralizado em dois ou três agentes;
A dificuldade de atrair recursos externos e de concretizar complementaridades nacionais;
A dificuldade de produzir resultados directos com impacto nos destinatários do Programa;
A dispersão desarticulada de intervenções dos diferentes serviços;
A irregular mobilização dos stakeholders.
As diferentes percepções de pobreza e de parceria;
O perigo de desmobilização.

relevam. A capacidade de resposta da Rede Social dependerá, em grande parte, da quantidade de relações sociais, isto é, da capacidade de incluir a diversidade de sistemas de rede, numa lógica, combinada de desenvolvimento, de política, de intervenção e de organização. Mas, dependerá de igual modo, da capacidade de desenvolver aprendizagens e referenciais comuns, capazes de reforçarem a participação colectiva. Desta emergência de capacidades técnico operativas, resultará maior eficácia no trabalho de equipa, na definição de estratégias e projectos, na implementação de acções concretas, no acompanhamento e avaliação dos resultados. Não menos importante será a capacidade de afinar competências pessoais e activos relacionais nos seus membros, capazes de se traduzirem numa interacção informal positiva e num funcionamento da estrutura mais eficaz.

Em suma, os novos *rostos de pobreza* e o reconhecimento da validade das estratégias de intervenção de rede, desenvolvidas nomeadamente, na psiquiatria comunitária, reforçaram argumentos políticos de se pensar o combate à pobreza a partir de configurações de rede. As intervenções em rede são metodologias alternativas de intervenção social, cujos princípios teóricos (sistémicos, ecológicos, interdisciplinares e intersectoriais), ao abrigo de uma articulação de partes, visam facilitar a mobilização de recursos em favor do cliente.



BIBLIOGRAFIA

- BOLTANSKI, I., CHIAPELLO É. (1999). *Le nouvel esprit du capitalisme*, Paris, Gallimard.
- BOTT, Elisabeth (1957). *Família e rede social: papéis, normas e relacionamentos externos em famílias urbanas comuns*. Trad, Mário Guerrero. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora.
- CAMPENHOUDT, Luc Van (2003). *Introdução à análise dos fenómenos sociais*. Tradução Eduardo de Freitas. Lisboa: Grádiva, 1ª edição. □
- CAPLAN, G. (1974). *Support Systems and Community Mental Health*. New York: Basic Books.
- CASTELLS, M. (1996). *The Rise of the Network Society*. Oxford: Blackwell.
- CASTRO, José Luís (Eds.). (2000). *Rede Social: Guia do Formando*, Ministério do Trabalho e da Segurança Social, Lisboa: Módulos PROFISSS. □
- CONSELHO DE MINISTROS (1997). *Resolução de Conselho de Ministros nº 197/97, de 18 de Novembro*.
- COOB, S. (1976). *Social Support as a Moderator of Life Stress*, *Psychosomatic Medicine*. 38 (5), pp. 300-314.
- CRISTÓVÃO, A. & KOEHNEN, T. (2004). *A Rede Social de Macedo de Cavaleiros. Relatório Final de Acompanhamento e Avaliação*. Novembro, Vila Real: UTAD, Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento.
- Despacho Normativo nº 8 de 2002
- GONÇALVES, Hermínia (Julho, 2005). *O Planeamento e a Avaliação como Elementos de Aprendizagem para a Gestão de Parcerias: O caso da Rede Social de Macedo de Cavaleiros*. Tese de Mestrado: UTAD. □
- NOWAK, Jurgen (2001). *O Trabalho Social de Rede*. In Mouro, H. & Simões, D. (Ed.). *100 Anos de Serviço Social (151-183)*. Coimbra: Quarteto.
- ORNELAS, José (1994). *Suporte Social: Origens, Conceitos e Áreas de Investigação*. *Análise Psicológica*, 2-3, XII, pp. 333-339.
- SLUZKY, Carlos E. (1996). *La red social, Frontera de la Práctica Sistémica*. Barcelona: Gédisa.

Hermínia Fernandes Gonçalves
hgoncalves@utad.pt

Departamento de Economia, Sociologia e Gestão (DESG),
Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD)
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)

¹. Esta Investigação foi produzida originalmente como Tese de Mestrado em Instrumentos e Técnicas de Apoio ao Desenvolvimento Rural, apresentada na UTAD em 2005. A sua actualização em 2006, reflecte contributos de outras investigações realizadas, no âmbito do acompanhamento e avaliação externa a outras Redes Sociais, por equipas de avaliação da UTAD- CETRAD de que a autora faz parte integrante.

². Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97 de 18 de Novembro.

Programa das Redes Sociais

O Programa da Rede Social decorre de uma necessidade crescente de se pensar um novo modelo de intervenção face às novas e velhas formas de pobreza e exclusão social. A Rede Social tem como finalidade combater a pobreza e a exclusão social numa perspectiva de promoção do desenvolvimento social ao nível local, isto é, ao nível micro, através da estimulação e potenciação das redes de entreajuda e de solidariedade locais. É desta forma que se concretiza um dos princípios mais inovadores deste programa, o da subsidiariedade. É no território, no local, próximo das populações afectadas pelos fenómenos da pobreza e exclusão social e sua envolvente, que se deve actuar, de forma concertada, articulada e preventiva. Só depois de explorados e esgotados os recursos e competências locais, se apela a outros níveis sucessivos de encaminhamento e resolução de problemas. O *local* é o espaço privilegiado de construção de processos participativos, em que actores sociais de diferentes naturezas e áreas de intervenção congregam esforços no sentido de criar factores de mudança propiciadores da inserção dos mais desfavorecidos e do desenvolvimento social.

A multidimensionalidade dos fenómenos de pobreza e exclusão social constitui um desafio ao qual a Rede Social deve responder através do desenvolvimento de intervenções integradas e multisectoriais, da integração das várias medidas de política e dos instrumentos existentes nos vários sectores, ao nível local, regional, nacional e europeu, numa acção concertada e coerente de desenvolvimento local. Esta acção concertada e coerente só se concretizará se existir articulação ao nível da acção dos diferentes agentes com actividade num determinado território, através do desenvolvimento do trabalho em parceria, da cooperação e da partilha de responsabilidades. Este trabalho será tanto mais efectivo quanto resulte de um processo amplamente participado, através do compromisso de todos os actores sociais locais e do envolvimento das populações mais desfavorecidas na construção do seu próprio processo de inclusão. A Rede Social privilegia a mudança de atitudes e de culturas institucionais e a aquisição de novos saberes, inovando os métodos de trabalho, as suas práticas e os modelos de intervenção como forma de resposta mais eficaz às novas problemáticas e alterações sociais. Neste âmbito, o planeamento e a intervenção integram a dimensão de igualdade de género, promovendo a igualdade entre homens e mulheres.

A rede social assume-se como um modelo de organização e de trabalho em parceria que permite uma maior eficácia e eficiência nas respostas sociais e rapidez na resolução dos problemas concretos dos cidadãos e das famílias. A Rede Social, entendida como motor de desenvolvimento social, não está implantada de igual forma em todos os concelhos do distrito de Bragança, o que pode levar a concluir que a sua filosofia e o seu potencial, são percebidos de formas muito diversas pelos actores sociais implantados nos vários concelhos. O Centro Distrital de Segurança Social de Bragança tem procurado, através do Interlocutor Distrital, dar o maior apoio possível aos

concelhos nos seus processos de implementação e consolidação do programa Rede Social. A figura do Interlocutor Distrital iniciou no ano de 2003, quando apenas três concelhos, de um total de doze, tinham aderido ao programa, sendo sua função apoiar a implementação das redes que já tinham iniciado o processo e sensibilizar os restantes concelhos no sentido da formalização a sua adesão ao Programa. Entre 2003 e 2005, nove concelhos do Distrito de Bragança formalizaram a sua adesão ao programa Rede Social. Em 2007, a maior parte dos concelhos possui todos os instrumentos de planeamento construídos ou em fase de actualização e em fase de operacionalização devendo, os restantes, terminar os referidos instrumentos a muito curto prazo.

O Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de Junho veio constituir um reforço importante ao papel das redes sociais concelhias, através da integração de instrumentos e estruturas que reforçam o papel destas redes de base local nas decisões para a sua área territorial, sendo de salientar a obrigatoriedade do pedido de parecer ao conselho local de acção social para projectos e equipamentos a criar no concelho, a consideração dos diagnósticos sociais e dos planos de desenvolvimento social nos planos directores municipais, a constituição de uma estrutura supraconcelhia que permitirá um planeamento concertado para além das fronteiras concelhias, bem como a consideração dos planos de desenvolvimento social locais como instrumentos por excelência de operacionalização do plano nacional de acção para a inclusão, bem como de outros documentos de planeamento de âmbito nacional. □

O Centro Distrital de Segurança Social de Bragança, em colaboração com os Serviços Centrais do Instituto de Segurança Social, IP, tem vindo a exercer, junto das doze autarquias promotoras do Programa Rede Social, uma acção pedagógica e de sensibilização para as novas linhas orientadoras do mesmo, por forma a proceder à adequação dos instrumentos de trabalho e planeamento. Os concelhos não investem de igual forma no trabalho de implementação e de consolidação da respectiva parceria. A rede social requer uma mudança significativa na mentalidade dos que, localmente, têm competência e responsabilidade na intervenção social. A rede social pretende introduzir um novo modelo de intervenção social, que passa por uma lógica de *empowerment* dos próprios destinatários dos projectos de intervenção. Isto implica um trabalho árduo e contínuo de sensibilização, motivação e de consciencialização dos actores sociais locais. Trata-se de operar mudanças ao nível dos comportamentos, dos relacionamentos, da cultura e práticas dos serviços e instituições locais, no sentido de uma maior transparência e da abertura às outras entidades e às populações, nomeadamente as mais desfavorecidas. É um processo que requer muito trabalho e tempo... sobretudo tempo. Mas embora se trate de um processo moroso, trata-se também de um processo irreversível e obrigatório para os concelhos que não querem perder o comboio do desenvolvimento.

Bibliografia

AA.VV., "Pobreza é com Todos: Mudanças Possíveis (Balanço de Uma Experiência)", *Programa Pobreza 3*, Lisboa: Comissão das Comunidades Europeias, 1994.

Abordagem para uma Cultura de Rede, SIFAT, Documento elaborado no âmbito do Projecto transnacional SIFAT (IC Integra – 1.ª fase – 1995-1997), REAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal), CNCA (Coordinamento Nazionale Comunità di Accoglienza) e ASGG (Asociación Secretariado General Gitano)

AMARO, Rogério, "O desenvolvimento local em Portugal", *A Rede para o Desenvolvimento*, Ed. In Loco, 1998. □

AMOR, Teresa, *Programa Rede Social – Redefinição de Políticas Sociais ou Instâncias de Governança de Base Territorial?*, in *Cidades, Comunidades e Territórios*, Cidades n.º 11, Lisboa, CET, ISCTE, 2005.

CAPUCHA, Luís; ALMEIDA; João Ferreira de; PEDROSO, Paulo e SILVA, João A. Vieira da, Metodologias de avaliação: o estado da arte em Portugal, in *Sociologia – Problemas e Práticas* n.º 22, 1996.

CASTELLS, Manuel, *A Sociedade em rede, a era da informação, economia, sociedade e cultura*, São Paulo, Ed. Paz e Terra, 2000. □

Comissão Europeia, *3.º Encontro Europeu das Pessoas em Situação de Pobreza. A participação: uma via de dois sentidos*. Conferência da Presidência Irlandesa da União Europeia, Bruxelas, Palais D' Egmont, 2004.

ESTEVES, António Joaquim, *A investigação-acção* in SILVA, Augusto Santos; PINTO; José Madureira; Metodologia das Ciências Sociais, Porto, Afrontamento, 1986.

Estivill (coord.), *Pequenas experiências, grandes esperanças*/REAPN, 2006.

ESTIVILL, Jordi (Org.), *O Partenariado Social Na Europa. Uma estratégia participativa para a Inserção*, Cadernos REAPN, Porto, 1997. □

FIGUEIROA, David; PIMENTA, Manuel, *A Auto-avaliação nos Projectos EQUAL*, in *Cidades, Comunidades e Territórios n.º 11, Lisboa, CET, ISCTE, 2005*.

FRIEDMANN, John, Empowerment *Uma política de desenvolvimento alternativo*, Oeiras, Celta, 1996.

GUERRA, Isabel Carvalho, *Fundamentos e Processos de Uma Sociologia da Acção*, Cascais, Principia, 2000.

Guia para a Auto-avaliação dos Projectos, Lisboa, Gabinete de Gestão EQUAL, 2003.

NOGUEIRA, João, "A outra face de Janus – avaliação, terceiro sector e causas potenciais de insucesso em parcerias e Redes", in *Comunidades e Territórios*, Cidades 11, CET, ISCTE, Dezembro 2005

OIT, *A Luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal. Experiências do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza*, Genebra, Bureau International du Travail, 2003.

Projecto TRAMPOLIM – Itinerários Individualizados de Inserção, *Trabalhar com jovens com poucas qualificações escolares e profissionais e em risco de exclusão social – práticas e reflexões – elementos de apoio à organização e promoção de actividades de inserção sócio-profissional*, Porto, 2006. □

REAP, *Lutar Contra a Pobreza e a Exclusão na Europa – Guia de Acção e Descrição das Políticas Sociais*, Lisboa: Instituto Piaget, 1998. □

RODRIGUES, Fernanda, STOER, Stephen, *Entre Parceria e Partenariado, Amigos Amigos, Negócios à parte*, Oeiras, Celta Editora, 1998. □

SCHIEFER, Ulrich, *et al, Manual de Planeamento e Avaliação de Projectos*, Estoril, Principia, 2006.

SCHIEFER, Ulrich, TEIXEIRA, Paulo, MONTEIRO, Susana, *MAPA – Manual de Facilitação para a Gestão de Eventos e Processos Participativos*, Estoril, Principia, 2006.

SEACAM/CSI, *D'une bonne idée à un projecto réussi*, Paris, SEACAM/ UNESCO, 2000.

VACAS, Maria da Conceição Malta, *Projectos – Concepção e Desenvolvimento*, Lisboa, Direcção Geral da Acção Social, 1997. □

Sites

Segurança Social - <http://www.seg-social.pt/>

Rede Europeia Anti – Pobreza / Portugal – www.reapn.org

CIARIS – <http://ciaris.ilo.org>

<http://www.eurosocial.org>

<http://www.europa.eu.int/comm/eurostat>

<http://www.deppmts.gov.pt/cartasocial>

<http://www.social-policy.org>

<http://www.york.ac.uk/inst/spru>

Legislação

Resolução n.º 197/97 de 18 de Novembro

Declaração de rectificação n.º 10 – 0 / 98

Despacho Normativo n.º 8/2002 de 12 de Fevereiro

Decreto – Lei n.º 115/ 2006 de 14 de Junho

